



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
COLEGIADO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

MARIANA DA SILVA FARIAS

**AS DIMENSÕES TÉCNICO-OPERATIVA, TEÓRICO-
METODOLÓGICA E ÉTICO-POLÍTICA DO TRABALHO DO ASSISTENTE
SOCIAL NO IFBA**

SALVADOR- BA
2017

MARIANA DA SILVA FARIAS

**AS DIMENSÕES TÉCNICO-OPERATIVA, TEÓRICO-
METODOLÓGICA E ÉTICO-POLÍTICA DO TRABALHO DO ASSISTENTE
SOCIAL NO IFBA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação em Serviço Social, Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Adriana Freire Pereira Férriz

SALVADOR- BA

2017

MARIANA DA SILVA FARIAS

**AS DIMENSÕES TÉCNICO-OPERATIVA, TEÓRICO-
METODOLÓGICA E ÉTICO-POLÍTICA DO TRABALHO DO ASSISTENTE
SOCIAL NO IFBA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação em Serviço Social, Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em 07 de abril de 2017.

Adriana Freire Pereira Férriz _____
Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba
Universidade Federal da Bahia

Valdeluce Nascimento Santos _____
Especialista em Gestão Educacional Integrada pela Faculdade Afonso Cláudio
Instituto Federal da Bahia

Geyse Clea Silva de Miranda _____
Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal da Bahia

AGRADECIMENTOS

A obtenção de um diploma de nível superior é a realização de um sonho. Essa conquista foi sonhada por toda a minha família a quem dedico como todo meu amor essa vitória. Nós conseguimos, e é só o começo!

Quero agradecer principalmente a minha mãe, eu não tenho palavras para expressar minha gratidão por você, obrigada por abdicar seus sonhos em detrimento dos meus e não medir esforços para que eu chegasse onde estou. “Família brasileira, dois contra o mundo”. É mais por você que por mim, eu te amo.

Agradeço também ao meu companheiro Adelmo, obrigada por aturar minhas crises e por me fazer rir dos problemas, te ter ao meu lado me fez forte.

Agradeço as minhas amigas Natali, Daiane e Dodinha, que além de incentivadoras me mostraram na prática que era possível, olha só, nós estudantes negras da rede pública de ensino, moradoras da periferia, hoje com diploma superior. Que orgulho da gente.

As minhas amigas Manuela (meu tatu), Marinele, show e Rosana, obrigada pelo apoio, cuidado, amizade e pelas palavras de encorajamento. Desculpem todos os dramas e não desistam de mim!

A vida acadêmica exigiu muito de mim, tive que abrir mão de muita coisa, por diversas vezes eu chorei por tanta cobrança e renúncia, mas ela me presenteou com pessoas que eu pretendo manter em minha vida pra sempre. Dentre elas, Daciane, obrigada por me dá carona e proporcionar que eu chegasse em casa horas antes do habitual. Melhor que chegar cedo em casa eram nossos papos no carro, quantos risos heim? Que surpresa boa ter encontrado você e sua mãe e ter descoberto o quanto somos parecidas, nos gostos por comidas interioranas e principalmente no jeito “meigo agreste” de ser.

Não posso esquecer do meu quarteto, vocês tornaram meus dias na UFBA mais alegres e deixaram os dias tristes e cansativos mais amenos. Aprendi muito com nossas diferenças, nós conseguimos conviver de forma respeitosa e acolhedora. Obrigada por tudo, juntas crescemos e hoje somos seis rrsr.

As meninas do grupo de pesquisa que alegraram minhas manhãs de quarta -feira, não esquecerei dos ensinamentos de cunho acadêmico e pessoal, pois nossa terapia matinal me ensinou bastante.

Por fim, agradeço a todas as professoras da UFBA por me darem ferramentas as quais abrirei novos horizontes para a satisfação plena dos meus ideias profissionais, e por apontarem o caminho a ser seguido, pautado no comprometimento ético e em prol da classe trabalhadora. Em especial, agradeço a professora Adriana Férriz, minha orientadora e amiga, pelos ensinamentos, confiança, incentivo e por ter marcado de forma tão positiva e significativa minha formação.

FARIAS, Mariana da Silva. As Dimensões Técnico-Operativa, Teórico-Metodológica e Ético-Política do Trabalho do Assistente Social No IFBA. 41 f. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

RESUMO

O presente estudo tem por finalidade analisar o trabalho do assistente social no âmbito da política de educação, mais especificamente, na educação profissional e tecnológica em um Instituto Federal da Bahia (IFBA), a partir da articulação das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa que constituem e orientam o exercício profissional dos assistentes sociais. O objetivo central da pesquisa consistiu em identificar como se dá a articulação das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa no cotidiano profissional e como essa vinculação favorece a garantia de direitos. A metodologia utilizada consistiu na realização de duas entrevistas com profissionais da área. Os resultados evidenciaram que o trabalho desenvolvido pelas assistentes sociais no IFBA expressa a articulação das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa na medida em que as profissionais se posicionam diante dos dilemas inerentes à sociedade capitalista que incidem sobre o trabalho profissional.

Palavras-chave: Serviço Social; Trabalho; Educação; Dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

LISTA DE SIGLAS

CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia
CF	Constituição Federal
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSUP	Conselho Superior
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
IFs	Institutos Federais
IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
ONG	Organização Não-Governamental
PAAE	Programa de Assistência e Apoio ao Estudante
PAE	Programa de Assistência ao Estudante
PINA	Projetos de Incentivo à Aprendizagem
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Jovens e Adultos
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Transporte
SESI	Serviço Social da Indústria
SEST	Serviço Social do Transporte

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	12
2.1 A HISTORICIDADE DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL: A GÊNESE E AS BASES LEGAIS	13
2.2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL A PARTIR DOS ANOS 2000	15
2.2.1 Educação profissional e tecnológica e a expansão da rede de ensino.	18
2.2.2 Educação profissional e tecnológica e a política de assistência estudantil.	22
3 AS DIMENSÕES TÉCNICO-OPERATIVA, TEÓRICO-METODOLÓGICA E ÉTICO-POLÍTICA DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO IFBA	27
3.1 A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO	28
3.1.1 O Serviço Social na educação profissional e tecnológica: o papel estratégico da profissão na luta por direitos	32
3.2 AS DIMENSÕES TÉCNICO-OPERATIVA, TEÓRICO-METODOLÓGICA E ÉTICO-POLÍTICA DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL.....	34
3.3 AS CONDIÇÕES OBJETIVAS DE TRABALHO E A IMPORTÂNCIA DA ARTICULAÇÃO ENTRE AS DIMENSÕES TÉCNICO-OPERATIVA, TEÓRICO-METODOLÓGICA E ÉTICO-POLÍTICA NA GARANTIA DE DIREITOS.....	37
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	47
APÊNDICE	48

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo trata do trabalho do assistente social no Instituto Federal da Bahia a partir da articulação das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa que constituem e orientam o exercício profissional dos assistentes sociais.

O esforço está, portanto, em destacar a relevância da articulação entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa no cotidiano profissional das assistentes sociais que atuam na política de educação, mais especificamente, na educação profissional e tecnológica.

Historicamente, os assistentes sociais vêm atuando na implementação das políticas públicas, embora sejam requisitados, também, para atuar na formulação, planejamento, avaliação e gestão destas políticas.

Nesse sentido, analisar o trabalho do assistente social na política de educação, implica a necessidade de discutir também o papel que a referida política representa, não somente enquanto política pública, mas também em sua dimensão constitutiva de novas formas de sociabilidade, bem como, seu papel estratégico para a construção de uma nova ordem social.

Diante da intensificação da precarização das condições de trabalho e das políticas sociais, dentro do atual contexto de acumulação flexível do capital, as condições objetivas e subjetivas de trabalho são permeadas pelas determinações históricas, exigindo dos profissionais do Serviço Social a construção de competências e habilidades capazes de superar o que está instituído no cotidiano profissional. Essa necessidade se expressa na busca pela garantia dos direitos de seus usuários, bem como, por melhores condições objetivas de trabalho. Assim, “[...] o exercício profissional configura-se pela articulação de dimensões e se realiza sob condições objetivas e subjetivas historicamente determinadas [...]” (Backx, Guerra e Santos, 2012, p. 59).

Somente a práxis profissional munida de aportes teóricos será capaz de propiciar uma atuação crítica, distanciada dos traços conservadores presentes na gênese da profissão, comprometida com a efetivação do Projeto Ético-Político e militante na luta por direitos e pelo fortalecimento da identidade profissional.

O interesse pela temática se deu a partir da participação como bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), na pesquisa intitulada: “O Trabalho do Assistente Social em Salvador: contribuições para o debate atual”, que teve como objetivo principal caracterizar e analisar o trabalho profissional nas áreas de saúde, educação, assistência social, previdência, habitação, jurídico-formal, em empresas privadas, Organizações Não-Governamentais (ONGs), associações, cooperativas, movimentos sociais e entidades do chamado Terceiro Setor.

A referida pesquisa está vinculada ao grupo de pesquisa “Desigualdades Sociais, Políticas Públicas e Serviço Social”, da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e financiada pela Chamada Universal CNPq/CAPES n. 43/2013 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Como bolsista vinculada ao projeto intitulado “O Trabalho do Assistente Social na política de educação em Salvador”, coordenado pela professora doutora Adriana Freire Pereira Férriz, meu plano de pesquisa estudava “O trabalho do assistente social na educação profissional e tecnológica em Salvador”. Através das análises dos dados coletados, pude identificar algumas particularidades na atuação do Serviço Social que atua na educação profissional e tecnológica em um Instituto Federal da Bahia, o que me aproximou e despertou meu interesse em analisar o tema aqui proposto.

O objetivo desse estudo foi identificar e analisar a articulação das dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política no trabalho do assistente social em um Instituto Federal da Bahia e a importância dessa articulação na luta por direitos. O debate em torno das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa pretende destacar a importância da apropriação e articulação das bases que respaldam e direcionam o trabalho profissional. A partir dessa análise pretende-se enfatizar a relevância da vinculação dessas dimensões para fortalecimento da categoria e da própria identidade profissional, bem como, sua contribuição na luta pela garantia de direitos e efetivação do Projeto Ético-Político.

Para tanto, buscamos responder a seguinte pergunta: como se expressa a articulação das dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política no trabalho do assistente social em um Instituto Federal da Bahia? E qual a importância dessa articulação na luta por direitos?

Quanto ao tratamento dos dados, a pesquisa trará uma abordagem qualitativa, pois levantou aspectos da realidade, afim de compreender melhor a temática pesquisada. No que se refere à natureza da pesquisa, classifica-se como básica, pois trouxe novos conhecimentos sobre a atuação do (a) assistente social que atua na política de educação na cidade de Salvador, mais especificamente na educação profissional e tecnológica em um Instituto Federal da Bahia. A pesquisa também se constituirá de forma Exploratória, visto que buscou se aproximar ao máximo do problema pesquisado, afim de elucidar algumas questões relativas a atuação do (a) assistente social na referida política de educação. Segundo Gil (2007, p.41) “Este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa se classifica como pesquisa de Campo. Para tanto, foi utilizado como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada com duas profissionais que atuam na referida área. A entrevista foi guiada por um roteiro semi estruturado, dividido em eixos que abordaram a trajetória de formação e trabalho, o trabalho do assistente social na instituição, as condições de trabalho e infra estrutura/condições objetivas de trabalho, os impactos do trabalho na sua saúde, sobre formas de violação de seus direitos como trabalhadora e participação política. Entretanto, para efeito de análise neste trabalho serão considerados apenas três eixos analíticos: as condições objetivas de realização de trabalho e infra estrutura e participação política das assistentes sociais.

As entrevistas obedeceram às normas da Resolução n. 466/2012 que trata de pesquisas e testes em seres humanos, respeitando os aspectos éticos, preservando o sigilo dos entrevistados, bem como, esclarecendo acerca do termo de consentimento que informou quanto a gravação das mesmas.

O universo da pesquisa foi composto por cinco profissionais do Serviço Social que atuam na educação profissional e tecnológica em Salvador. A partir desse quantitativo foi definida uma amostra de duas profissionais. Foi definido como critério de seleção da amostra, a saber, tempo de trabalho em instituição pública superior a cinco anos e vínculo empregatício estatutário.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos. O primeiro apresenta informações introdutórias sobre o trabalho, destacando quais os objetivos pretende-se atingir, a justificativa acerca da escolha do trabalho e a metodologia utilizada.

No segundo capítulo é feita uma discussão sobre a política de educação no Brasil e a educação profissional e tecnológica, tendo como enfoque aspectos relacionados a historicidade das mesmas com destaque aos marcos legais. O terceiro, traz os resultados da pesquisa realizada a partir da discussão sobre a inserção do Serviço Social na política de educação e sua contribuição na luta por direitos, relacionando-a com a articulação das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. E, por último, o capítulo quarto traz as considerações finais do trabalho.

2 A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Neste capítulo será feito um breve apanhando histórico acerca da trajetória da política de educação no Brasil, destacando aspectos referentes a sua gênese que repercutiram na forma em que ela se desenvolveu ao longo das décadas seguintes, bem como, os principais marcos que fundaram as bases legais da política de educação tornando-a um direito social.

Em seguida trataremos a historicidade da educação profissional e tecnológica no Brasil tendo como ponto de partida para análise os anos 2000, período em que se configura um novo contexto para a referida área de ensino e inicia-se a expansão da rede, exigindo novas ações por parte do Estado diante do novo perfil de alunos e das novas demandas postas, e diante disso, expandiu-se também a necessidade do profissional do Serviço Social para atuar nos Institutos Federais.

2.1 A HISTORICIDADE DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL: A GÊNESE E AS BASES LEGAIS

Ainda em construção, a história da educação no Brasil carrega uma herança de exclusão social¹, econômica e cultural proporcionando a uma parcela da sociedade uma educação precarizada e sem oportunidades, facultando também a mesma um caráter de mercadoria. Apesar de tais fatores, esse também é um espaço de oportunidades, pois seu constante processo de construção possibilita que hajam transformações.

A trajetória da educação no Brasil inicia-se com a chegada dos Jesuítas considerados os criadores das bases do sistema educacional em nosso País. Nessa época a estrutura social existente era composta por escravos e trabalhadores, senhores de engenho, grandes latifundiários e os funcionários da coroa. Não havia uma estrutura política própria no território, uma vez que o objetivo principal dos portugueses era exclusivamente se apoderar das riquezas no País, dessa forma, as questões políticas, culturais e educacionais não eram relevantes. Isso repercutiu de forma significativa no sistema educacional que na época estava sob o comando da Igreja Católica.

Obviamente, por meio dessa formação da estrutura social em que é inexistente uma política educacional de caráter estatal, pois a Colônia tinha um sistema educacional de elite e não havia interesse em ampliar a escolarização para atingir a classe subalterna. Por meio dessas reflexões, verifica-se que, desde o início, o sistema educacional é organizado e estruturado de forma excludente e seletiva. (PIANA, 2009, p. 59)

Após a expulsão dos jesuítas em 1759 do País, concomitante ao declínio do controle dos Portugueses sob a colônia, o sistema educacional enfrentou um longo período de decadência. Esse cenário só tende a mudar com a chegada de D. João VI, que instaurou um novo regime educacional, criando instituições educativas e culturais, dando origem também aos primeiros cursos superiores. Diante do novo contexto vivenciado, surgem

¹ É um processo dinâmico, multidimensional, por meio do qual se nega aos indivíduos — por motivos de raça, etnia, gênero e outras características que os definem — o acesso a oportunidades e serviços de qualidade que lhes permitam viver produtivamente fora da pobreza. (MAZZA, 2005, p. 183)

novas demandas e conseqüentemente a criação de escolas técnicas e academias.

Era o pontapé inicial para o processo de construção da educação no Brasil, que constantemente foi influenciada pelas transformações ocorridas no setor econômico, político e cultural ao longo da história, e que apenas em 1988 com a promulgação da Constituição Federal passa a ser tratada como um direito social dos brasileiros e dever do Estado.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, p. 143.)

Nesse contexto de ganhos dos direitos sociais, encontra-se outro marco importantíssimo que ratificou ainda mais o direito a educação, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que dispõe de um capítulo específico para tratar desse assunto e assegura o direito a educação como fundamental e inerente a pessoa humana.

A partir dos anos 1980, principalmente, após a Constituição Federal de 1988, o Brasil passou por um grande processo de transformações nos diferentes campos da sociedade, principalmente após a redemocratização do País.

Netto (1996) aponta que tais modificações dão origem as transformações societárias de diversos níveis. No mundo do trabalho, a classe operária “tradicional” é polarizada, enfraquecendo as estratégias de luta. Em nível social, além das alterações na estrutura de classes, mudanças no perfil geográfico, em que houve uma maior expansão urbana, mudanças na educação formal, em que o número de universidades praticamente dobrou, repercutiram também na estrutura familiar, visto que, tais transformações estabeleceram novas referências o que conseqüentemente ocasionou num novo padrão cultural.

Simultâneo a esse novo cenário de mudanças sociais, impulsionado pelas transformações nas áreas, política, econômica e cultural, a década de 1990 trouxe consigo diversos avanços para o campo educacional. A Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional (n. 9.394/1996) constituiu outro importante marco histórico para a política de educação, uma vez que a mesma reafirmou o direito à educação, através de uma concepção abrangente, propiciou ainda, modificações extremamente importantes para as diferentes modalidades educacionais.

Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância; V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII - valorização do profissional da educação escolar; VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX - garantia de padrão de qualidade; X - valorização da experiência extra-escolar; XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. (BRASIL, 1996, p. 2-3)

Percebe-se, portanto, que as práticas educativas acompanharam e se adequaram as transformações ocorridas no mundo do trabalho, da política, da economia, da cultura e por fim nas mudanças sociais. Dessa forma, podemos constatar que a educação tem um caráter socialmente determinado que se constrói a partir do seu contexto histórico.

A partir desse breve recorte histórico que descreve a gênese e as bases legais acerca da trajetória da educação no Brasil, que muito caminhou até ser considerada um direito social, nota-se que embora reconhecida como tal, ainda há muito o que ser conquistado. Para alcançar a concepção de educação defendida pelo Serviço Social, que deve ser pública de qualidade e que tenha como perspectiva a emancipação dos sujeitos, trava-se uma constante luta diante dos dilemas contemporâneos que são inerentes ao sistema capitalista.

2.2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL A PARTIR DOS ANOS 2000

A trajetória da educação profissional e tecnológica no Brasil se deu a várias décadas, mais especificamente, no período colonial com a chegada dos jesuítas, que como já fora dito, são considerados os criadores das bases do

sistema educacional em nosso País, a partir disso, podemos afirmar que a educação profissional possui uma relação de constante diálogo com a história da inserção da política de educação e que ambas traçam até os dias atuais um processo paulatino de mudanças².

Ao discorrer sobre a temática em questão, educação profissional e tecnológica, faz-se necessário discutir a perspectiva de educação bastante difundida na atualidade que a oferece um status de “salvadora”, isso torna-se mais agravante ainda, quando relacionada a formação para o trabalho, uma vez que a educação profissional pressupõe a formação imediata para inserção no mercado de trabalho.

Outro aspecto relevante na história da educação profissional que necessita ser apontado, diz respeito ao perfil de alunos formados para realizar atividades manuais, conforme parecer CNE/CEB Nº 16/1999 que chama atenção para o fato de que a

A formação profissional, desde as suas origens, sempre foi reservada às classes menos favorecidas, estabelecendo-se uma nítida distinção entre aqueles que detinham o saber (ensino secundário, normal e superior) e os que executavam tarefas manuais (ensino profissional). (Portal MEC, 2016)

Tal concepção é fruto da maneira que o ensino profissional se desenvolveu no Brasil, marcado por um contexto de desigualdades e exploração da força de trabalho, originando uma hierarquização entre o saber para o trabalho intelectual e o saber para o trabalho manual. Para Saviani (2007 *apud* TEIXEIRA, 2013, p. 134) “essa é a base da dualidade estrutural na educação – uma educação para a classe dominantes (dirigentes) e outra para as classes dominadas.”

Assim sendo, o ensino profissional em sua gênese e durante muitos anos foi pensado para oferecer “formação adequada aos filhos dos operários, aos desvalidos e aos menos afortunados, aqueles que necessitam ingressar, precocemente, na força de trabalho” (BRASIL, 1999).

² O histórico da educação profissional e tecnológica no Brasil, bem como, dos Institutos Federais não será tratado desde sua gênese, uma vez que a pesquisa tem como finalidade discutir outros aspectos relacionados a estes.

Essa dualidade enraizada desde os primórdios da educação profissional e tecnológica reforçou-se com o Decreto n. 2.208/97 que nesta ocasião tinha como Presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso (FHC) que determinou a separação entre o ensino médio e a educação profissional, o que divergia do que tinha sido garantido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB³), um ano antes, representando, portanto, um retrocesso aos ganhos obtidos pela educação profissional e tecnológica.

É sobre essas bases que a educação profissional brasileira adentra os anos 2000, após retrocessos e significativas conquistas, já no governo do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, as políticas educacionais se voltam para mudar essa lógica da instrumentalização produtiva na formação profissional e redemocratizar a política de educação que sob forte influência do neoliberalismo encontrava-se cada vez mais mercantilizada devido ao recuo Estatal.

Com isso, em 2004 através do Decreto n. 5.154/04 que revogou Decreto n. 2.208/97, e estabeleceu uma nova estrutura a educação profissional que passou a ser organizada por áreas de atuação e desenvolvida de forma articulada ao ensino médio, apresentando três modalidades:

- Integrada, cujo curso de formação profissional deve acontecer na mesma instituição do ensino médio;
- Concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, desta forma o curso de formação profissional pode ser realizado na mesma instituição de ensino assim como em outros espaço, desde haja matrículas distintas para cada curso;
- Subsequente para aqueles que já concluíram o ensino médio.

Esse normativo legal representou uma nova forma de conduzir a educação profissional e tecnológica, favoreceu ainda a mudança no cunho

³ Em 20 de dezembro de 1996 é criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (n° 9.394/1996), que trouxe um novo conceito de educação mais abrangente e estabeleceu alterações nas diferentes modalidades da educação. Para a Educação profissional excluiu a profissionalização obrigatória da estrutura do ensino médio regular e permitiu que essa profissionalização ocorresse de maneira articulada ao ensino médio ou subsequente o mesmo. (SOUZA; SILVA, 2002, p. 69)

ideológico da educação, que busca até os dias atuais romper com a dualidade educacional que tende separar a formação profissional da formação intelectual.

2.2.1 Educação profissional e tecnológica e a expansão da rede de ensino

Diante do panorama histórico da educação profissional e tecnológica a partir dos anos 2000, outro marco importante na trajetória desta rede centenária de ensino merece destaque. Consiste na publicação da Lei n. 11.195 no ano de 2005, que deu início a primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, cujo os objetivos são:

Expandir, ampliar, interiorizar e consolidar a rede de Institutos e Universidades Federais, democratizando e ampliando o acesso de vagas na Educação Profissional, Tecnológica e Superior; Promover a formação de profissionais qualificados, fomentando o desenvolvimento regional e estimulando a permanência de profissionais qualificados no interior do Brasil; Potencializar a função social e o engajamento dos Institutos e Universidades como expressão das políticas do Governo Federal na superação da miséria e na redução das iniquidades sociais e territoriais. (MEC, 2016, p. 2)

Também neste ano, houve a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica, (CEFET) Paraná, para Universidade Tecnológica Federal do Paraná, a mesma foi pioneira nessa modalidade de ensino no Brasil.

Durante o ano de 2006, o Decreto n. 5.773/2006 tratou do exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, o seguinte decreto tem por principal finalidade, portanto, dar um norte e servir como subsidio as propostas de avaliação da área educacional.

Neste mesmo ano foi instituído a âmbito federal o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos – PROEJA com o ensino fundamental, médio e educação indígena, através do Decreto n. 5.840 de 13 de julho. É importante ressaltar que anterior a isso, algumas instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica já ofertavam a educação profissional para jovens e adultos (PROEJA), dessa forma, este decreto surgiu para aprimorar e ampliar a formação básica aliada a

formação para o mundo do trabalho, tais mudanças trouxeram a ampliação da abrangência desse programa. Com isso, os cursos do PROEJA podem ser ofertados por instituições federais, estaduais, municipais, e pelas instituições do sistema “S”.⁴

Ainda em 2006, é lançado o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia para disciplinar as denominações dos cursos oferecidos por instituições de ensino público e privado, esse catálogo é basicamente um guia que direciona as competências no tecnólogo, aponta ainda, algumas requisições para cada curso, como carga horária mínima e infraestrutura, servindo também com base para o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE)

O catálogo organiza e orienta a oferta de cursos superiores de tecnologia, inspirado nas diretrizes curriculares nacionais e em sintonia com a dinâmica do setor produtivo e as expectativas da sociedade. Em função do catálogo, a partir de 2007 foi possível aplicar o Enade em alunos de cursos superiores de tecnologia. (MEC, 2016, p. 1)

No período de 05 a 08 de novembro de 2006, aconteceu a 1ª Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, marco importante na educação brasileira, esta foi a primeira conferência realizada pelo Ministério da Educação.

Em 2007, o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica deu início a sua segunda fase com a promessa de entregar mais 150 novas unidades com o objetivo de que até em 2010 a rede estivesse presente em todas as regiões do País.

Durante o ano de 2008 após significativos avanços, os antigos Centros Federais de Educação Tecnológica de todo o Brasil, com exceção do Rio de Janeiro e Minas Gerais, adotaram uma nova nomenclatura e passaram a ser Instituto de Educação Ciência e Tecnologia.

⁴ É formado pelo conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest). (MEC, 2012, p. 02)

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei. (MEC, 2016, p. 02)

A partir disso, surgem os Institutos Federais (IFs), sob uma nova perspectiva de oferta de ensino, voltado para a formação do sujeito de forma integral, isto é, deixa de ofertar a educação com vistas à formação tecnicista. Assim, os IFs dispõem de uma estrutura multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Cada instituto Federal possui sua própria definição de missão e visão, como este trabalho tem como recorte a análise da atuação do Serviço Social no Instituto Federal da Bahia, será considerada a descrição utilizada pelo mesmo.

Missão: promover a formação do cidadão histórico-crítico, oferecendo ensino, pesquisa e extensão com qualidade socialmente referenciada, objetivando o desenvolvimento sustentável do País. **Visão:** Transformar o IFBA numa Instituição de ampla referência e de qualidade de ensino no país, estimulando o desenvolvimento do sujeito crítico, ampliando o número de vagas e cursos, modernizando as estruturas físicas e administrativas, bem como ampliando a sua atuação na pesquisa, extensão, pós- graduação e inovação tecnológica. (IFBA, 2012, p. 02).

Quanto às suas finalidades e objetivos têm- se:

Finalidades: - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os níveis e modalidades formando e qualificando cidadãos, com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais; - constitui-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento do espírito crítico voltado à investigação empírica. **Objetivos:** - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação jovens e adultos; - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica; - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda

e a emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional. (IFBA, 2012, p. 02).

A aprovação da Lei n. 12.513 de 2011, pela presidenta Dilma Rousseff criou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional no Brasil. Por fim em setembro de 2012 é criada através da resolução CNE/CEB n. 6 as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, a partir da LDB n. 9.394/96, e de sua alteração na Lei n. 11.741/2008 com o objetivo de estabelecer regras para as Instituições de Educação Profissional e Tecnológica de Nível Médio.

A Rede Federal está vivenciando a maior expansão de sua história. De 1909 a 2002, foram construídas 140 escolas técnicas no país. Entre 2003 e 2016, o Ministério da Educação concretizou a construção de mais de 500 novas unidades referentes ao plano de expansão da educação profissional, totalizando 644 campi em funcionamento. (MEC, 2016, p. 01)

Atualmente são 38 (trinta e oito) Institutos Federais existente no Brasil. Compõe o rol de instituições que oferecem a educação profissional de diferentes níveis, mas que não aderiram aos Institutos Federais: dois CEFETs, 25 (vinte e cinco) escolas vinculadas a Universidades, o Colégio Pedro II e uma Universidade Tecnológica. (MEC, 2016)

A partir do que foi exposto, percebe-se o quanto esta rede se modificou ao longo de sua trajetória, se remodelou para cumprir a finalidade dos Institutos Federais que consiste em formar profissionais no âmbito da educação tecnológica para atuar nos diversos setores da economia. Para tanto, os IFs, possuem características básicas que são universais na rede e que se respaldam no Decreto n. 2.855 /1998. Sendo elas:

I - oferta de educação tecnológica, levando em conta o avanço do conhecimento tecnológico e a incorporação crescente de novos métodos e processos de produção e distribuição de bens e serviços; II - atuação prioritária na área tecnológica, nos diversos setores da economia; III - conjugação, no ensino, da teoria com a prática; IV - articulação verticalizada e integração da educação tecnológica aos diferentes níveis e modalidades de ensino, ao trabalho, à ciência e à tecnologia; V - oferta de ensino

superior de graduação e de pós-graduação na área tecnológica; VI - oferta de formação especializada em todos os níveis de ensino, levando em consideração as tendências do setor produtivo e do desenvolvimento tecnológico; VII - realização de pesquisas aplicadas e prestação de serviços; VIII - desenvolvimento da atividade docente, abrangendo os diferentes níveis e modalidades de ensino, observada a qualificação exigida em cada caso; IX - utilização compartilhada dos laboratórios pelos diferentes níveis e modalidades de ensino; X - desenvolvimento do processo educacional que favoreça, de modo permanente, a transformação do conhecimento em bens e serviços, em benefício da sociedade; XI - estrutura organizacional flexível, racional e adequada às suas peculiaridades e objetivos; XII integração das ações educacionais, com as expectativas da sociedade e as tendências do setor produtivo. (BRASIL, 1988, p. 02)

Com base na análise feita sobre as transformações vivenciadas pela educação profissional e tecnológica no Brasil, tendo como recorte os anos 2000, podemos perceber que esta rede tem passado por constantes avanços, principalmente, após o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica que ampliou a oferta de vagas. Tais progressos na Rede Federal de Ensino no Brasil e nas Instituições de Ensino Superior trouxeram significativas mudanças para o âmbito da política de educação, bem como, novas requisições para atender o novo perfil de estudantes que adentravam o ensino superior e tecnológico.

2.2.2 Educação profissional e tecnológica e a política de assistência estudantil

Por muitos anos a educação no Brasil esteve restrita a uma determinada parcela da sociedade, uma vez que a mesma se desenvolveu de forma desigual e excludente. Essa exclusão reflete as contradições existentes decorrentes da maneira que o nosso País se constituiu, bem como, do antagonismo existente na relação capital trabalho que reforça as desigualdades sociais. Segundo Marx (1997, p. 16), “os homens fazem sua história não conforme sua vontade, mas a partir das condições herdadas pelo passado”. Isto posto, entendemos que a democratização do ensino requer o enfrentamento das desigualdades produzidas socialmente que por sua vez acarretam uma diversidade socioeconômica e cultural, e é justamente esta particularidade que demandou

do Estado estratégias que permitam incorporar esse grupo historicamente aliado do acesso à educação.⁵

A partir disso, como forma de enfrentamento a essas contradições existentes na construção da formação acadêmica, estão as políticas de ações afirmativas, uma vez que, entende-se que para subsidiar o acesso é necessário também garantir a permanência. Nesse sentido, Vasconcelos define assistência estudantil como:

A Assistência Estudantil, enquanto mecanismo de direito social, tem como finalidade prover os recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico, permitindo que o estudante desenvolva-se perfeitamente bem durante a graduação e obtenha um bom desempenho curricular, minimizando, dessa forma, o percentual de abandono e de trancamento de matrícula (VASCONCELOS, 2010, p. 08).

Assim, o debate público acerca da temática se intensificou no Brasil a partir dos anos 2000, durante os governos de Luís Inácio Lula da Silva, que como já fora dito, foi um período de maior avanço e redemocratização da educação vivenciados na história brasileira. Tais mudanças repercutiram na educação profissional e tecnológica que concomitante a esse processo também se expandia.

Com o objetivo de atender o novo perfil de estudantes que adentravam o ensino técnico profissionalizante, através dos Institutos Federais, cujo perfil é composto por estudantes de camadas mais populares, estudantes vindos de escolas públicas, negros, pessoas com deficiência, indígenas e quilombolas, estudantes em situação de vulnerabilidade, em consequência disso houve também o aumento da diversidade sexual, religiosa e étnico racial. Além da multiplicidade de origem, uma vez que ingressavam, ainda, estudantes provenientes de outros municípios, cidades e estados.

Assim sendo, julgou-se necessário a adoção de medidas que atendessem as necessidades e particularidades desses estudantes, para além das já existentes, uma vez que as políticas de assistência estudantil encontram

⁵ São eles: estudantes da rede pública de ensino, negros, pretos e pardos, indígenas e as pessoas com deficiência.

respaldo legal nos Artigos 205 e 206 da Constituição Federal de 1988, bem como, no Artigo 3º da LDB/1996, onde ambos tratam das condições de acesso e permanência nas instituições de ensino.

No ano de 2003, durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva, através do Decreto de 20 outubro, foi iniciada uma análise da política de educação, que teve como finalidade criar propostas objetivando a reestruturação e a democratização das Instituições de Ensino Superior.

O que, por conseguinte, acarretou na criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), através do Decreto n. 6.096 de 2007, que visa criar condições de acesso e permanência na educação superior. Desta forma esse plano constitui fator estruturante para a política de assistência estudantil, pois a partir dele houve uma ampliação das políticas de inclusão acompanhada da ampliação de recursos por parte do governo Federal.

No plano da educação profissional e tecnológica, as políticas de assistência estudantil ganham papel estratégico no fortalecimento da cidadania, diante de um contexto permeado pela disputa entre projetos antagônicos marcado também pelo dualismo histórico que hierarquiza os saberes. A assistência estudantil nos Institutos Federais tem como marco regulador a inclusão da rede no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), através do Decreto n. 7.234 de 2010, conforme descrição:

Art. 4º As ações de Assistência Estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente (BRASIL, 2010, p. 02)

Assim sendo, esse decreto vem para reforçar a necessidade de ações voltadas a permanência dos estudantes. São objetivos do PNAES:

Art. 2º I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (PNAES, 2010, p. 01)

Através desse programa, serão desenvolvidas ações relativas à moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Assim, a adoção do PNAES nos Institutos Federais, o qual um dos objetivos é reduzir as taxas de retenção e evasão escolar, tornou-se imprescindível no enfrentamento das contradições do capital que se materializam através nos fenômenos sociais no contexto educacional.

Outra lei que ratifica a importância da assistência estudantil é a Lei de Cotas n. 12.711/2012 que através do sistema de reserva de vagas, popularmente conhecido como sistema de “cotas” retém um percentual do número de vagas a ser oferecido por meio de critérios como cor, raça, etnia ou renda.

Isso posto, nota-se que as políticas de assistência estudantil vem se reconfigurando ao longo dos anos, assim como, sendo ratificadas através da implementação de diversas leis que a reafirmam como um direito social.

A partir desse novo contexto, as assistentes sociais dos Institutos Federais que já desenvolviam ações relativas a assistência dos estudantes, antes mesmo da adoção do PNAES e da expansão da rede, encontraram solo fértil para o desenvolvimento e implementação dos objetivos descritos pelo programa, que prevê a execução de tais medidas de acordo com a realidade institucional e regional, suscitando diferentes experiências no que diz respeito a construção das minutas de política de assistência estudantil dos Institutos Federais espalhados pelo território brasileiro.

No caso específico do Instituto Federal da Bahia, unidade escolhida para analisar a atuação do assistente social, a construção da minuta de política de assistência estudantil é resultado do trabalho coletivo do Serviço Social juntamente com os demais profissionais da instituição. A referida minuta foi aprovada pelo Conselho Superior do IFBA (CONSUP) através da Resolução n. 194, no ano de 2010.

A Política de Assistência Estudantil do IFBA é composta por auxílios e bolsas. Apresenta princípios e diretrizes que orientam a elaboração e a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso com êxito pelos estudantes do Instituto. Está embasada em conceitos como inclusão social, formação plena, produção de conhecimento,

melhoria do desempenho acadêmico e bem-estar biopsicossocial (PORTAL IFBA, 2016, p. 01)

Este documento apresenta normas e critérios, cujo objetivo consiste em orientar as ações que garantam o cumprimento da política de assistência estudantil. A mesma é composta por três programas, sendo eles:

Art. 2º -: I - Programa de Assistência e Apoio ao Estudante (PAAE): destina-se a estudantes em comprovada situação de vulnerabilidade social, tendo como obrigatória a participação em processo de seleção socioeconômica; II - Programas Universais: destina-se a todo e qualquer estudante regularmente matriculado no IFBA, sem critérios de seleção socioeconômica ou meritocráticos; III - Programas Complementares: destina-se a todo e qualquer estudante regularmente matriculado no IFBA, devendo a sua participação estar condicionada a questões socioeconômicas e/ou meritocráticas. (IFBA, 2010, p. 05)

Portanto, o Programa de Assistência e Apoio ao Estudante do IFBA surge como resposta às limitadas ações de assistência estudantil desenvolvidas anteriormente através do Programa de Assistência ao Educando no período do CEFET que após as transformações da rede já não dava conta das novas demandas estudantis, sendo necessário a criação de novos mecanismos que garantissem o acesso, a permanência e a conclusão do curso, ou seja, foi preciso a elaboração de estratégias que atuassem sobre as principais causas da evasão escolar, bem como, de outras demandas resultantes das contradições que particularizam as desigualdades no âmbito educacional e que se apresentam como obstáculo ao processo de universalização dessa política.

Cada um dos programas possuiu critérios específicos para concessão, sendo que o Programa de Assistência e Apoio ao Estudante (PAAE), é um dos principais aportes no que diz respeito a permanência dos estudantes de baixa renda, pois destina-se exclusivamente aos estudantes que comprovem situação de vulnerabilidade social através da seleção socioeconômica. Sendo assim, por meio deste são disponibilizados os seguintes auxílios: Auxílio Transporte; Auxílio Moradia; Auxílio para Aquisições; Auxílio Alimentação; Bolsas vinculadas a Projetos de Incentivo à Aprendizagem (PINA); Bolsa Estudo e Auxílio Cópia e Impressão.

Além dos três programas citados, existem ainda a execução de projetos a níveis Federais que tem como objetivo atender as diferentes necessidades e

perfis de estudantes dos IFs, são eles: Mulheres Mil; Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego e o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional e Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Assim sendo, a política de assistência estudantil do IFBA busca abranger as diversas necessidades dos educandos, dessa forma, os programas que a compõem não se restringem a qualidade de auxílios com vistas a garantir apenas o acesso, permanência e a conclusão dos cursos, portanto, dentro desses três eixos são desenvolvidos ainda os seguintes programas: Programa de Assistência e Apoio aos Estudantes, Programa de Educação para Diversidade, Programa de Apoio a Pessoas Portadoras de Necessidades Educativas Específicas; Programa de Assistência à Saúde; Programa de Acompanhamento Psicológico; Programa de Acompanhamento pedagógico; Programa de Incentivo à Educação Física e Lazer; Programa de Incentivo à Educação Artística e Cultural; Programa de Incentivo à Formação de Cidadania.

A partir disso, percebe-se que a mesma está comprometida também com questões referentes à inclusão social, formação plena, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e bem estar biopsicossocial, abrangendo, portanto, dimensões diversas e particularidades de cada estudante.

3 AS DIMENSÕES TÉCNICO-OPERATIVA, TEÓRICO-METODOLÓGICA E ÉTICO-POLÍTICA DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO IFBA

Este capítulo tratará do trabalho do Serviço Social na política de educação relacionando-o com as dimensões que constituem o projeto profissional. Para tanto, apresenta-se uma síntese histórica sobre a inserção do Serviço Social na referida política, destacando as competências requisitadas, principais demandas e as formas de enfrentamento aos problemas sociais que se apresentam na área da educação. Assim ao tratar do trabalho do Serviço Social, requer também relacionar o projeto formativo com a história, para que não se tenha uma visão limitada do mesmo, que o reduza ao domínio dos instrumentos e técnicas utilizados durante a ação profissional.

Com base nesta compreensão, tratarei da apreensão da instrumentalidade do Serviço Social levando em consideração sua condição sócio-histórica, destacando a importância da articulação entre as dimensões que a compõem, a saber, técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política na garantia de direitos dos usuários e da própria categoria profissional.

3.1 A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

A prática profissional dos assistentes sociais é historicamente produzida pela divisão social e técnica do trabalho, dessa forma analisar a atuação dessa categoria requer considerar o significado social do Serviço Social intrínseco as transformações históricas da sociedade que particularizam o exercício profissional. No caso específico do Serviço Social na educação, sua historicidade apresenta particularidades e acontecimentos históricos que por vezes se encontram e se articulam com o caminho percorrido pela política de educação no Brasil, dessa forma, entende-se que a inserção da profissão no campo educacional, no Brasil, não é algo recente tendo em conta as expressões da “questão social” como seu objeto de trabalho⁶. Segundo CFESS (2001, p. 05), “a presença do/a assistente social na área da educação remonta à década de 1930, portanto, desde a origem dos processos sócio-históricos constitutivos da profissão”. É importante ressaltar que há controvérsias na produção de conhecimentos acerca da temática, em que outros autores, apontam uma diferente década como marco para a inserção profissional na referida política.

Embora a história do Serviço Social brasileiro no campo educacional esteja vinculada a gênese da profissão, é somente a partir da década de 1990 com a consolidação da profissão, após um período de significativos avanços e

⁶ No âmbito do Serviço Social a concepção de questão social mais difundida é a de Yamamoto e Carvalho (1983, p. 83-84) A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

conquistas, no que diz respeito às linhas técnico-acadêmicas e políticas, conquista a oficialização currículo mínimo, pós-graduação implantada, diversos debates acerca da formação profissional, em que o Serviço Social desfruta a maturação profissional, resultado do esforço coletivo da categoria, que a educação volta ao centro de debate e concomitantemente a isso houve uma significativa inserção dos profissionais nessa área.

[...] é a partir da década de 1990, em consonância com o amadurecimento do projeto ético-político profissional, que se visualiza no Brasil um considerável aumento do Serviço Social na área da educação. Uma das referências desse processo histórico é o crescente número de trabalhos inscritos nos Congressos Brasileiros de Assistente Sociais desde 1995. (CFESS, 2011, p. 05)

Apesar dos avanços no que diz respeito às políticas sociais, bem como, a esse período de ganhos e amadurecimento da profissão, na década de 1990, o País passava por diversos problemas oriundos do quadro político e econômico vivenciados na época, concomitante a isso, há uma ampliação do campo de intervenção do Serviço Social, uma vez que, sua atuação profissional faz parte de um processo de requisições postas pelas classes dominantes, atrelada também as estratégias do Estado de controle social, e por tanto, não deve ser pensada de maneira deslocada da dinâmica que está inserido, ou seja, as condições de ampliação dos espaços ocupacionais dos assistentes sociais estão fortemente atreladas aos dilemas peculiares ao sistema capitalista, bem como as contradições oriundas da relação antagônica entre capital e trabalho, conforme reforça Netto (1996, p. 108)

É também, contudo, um cenário carregado de questões e problemas herdados, uns e outras, do passado recente, mas ainda uns e outros novos e emergentes; todos, porém, exprimindo a própria inserção do Serviço Social na malha das concretas relações da sociedade brasileira.

A atuação do assistente social independente da área de trabalho tem como um dos principais objetivos, fomentar reflexões nos usuários no sentido de propiciar uma maior autonomia, assim como, o fortalecimento da cidadania, sendo assim, a prática profissional no contexto educacional possui uma dimensão educativa que se expressa através da ação difusora de informação, está também atrelada a defesa pelo acesso e permanência, buscando

democratizar os direitos dos estudantes, tendo norte a universalização do acesso à educação.

Diante do que foi dito, faz-se necessário identificar as atribuições e competências do assistente social que atua na política de educação:

A contribuição do Serviço Social consiste em identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam os processos que mais afligem o campo educacional no atual contexto, tais como: evasão escolar, o baixo rendimento escolar, atitudes e comportamentos agressivos, de risco, etc. Estas constituem-se em questões de grande complexidade e que precisam necessariamente de intervenção conjunta, seja por diferentes profissionais (Educadores, Assistente Sociais, Psicólogos, dentre outros), pela família e dirigentes governamentais, possibilitando conseqüentemente uma ação mais efetiva. (CFESS, 2001, p.12)

As competências requisitadas a esses profissionais vão depender das demandas expressas, dessa forma as ações desenvolvidas devem se complementar e não atuar de forma insociável a realidade e contexto dos estudantes, abrangendo seis dimensões, são elas:

[...] as abordagens individuais e junto às famílias dos/as estudantes e/ ou trabalhadores e trabalhadoras da Política de Educação. [...]a de intervenção coletiva junto aos movimentos sociais como condição fundamental de constituição e reconhecimento dos sujeitos coletivos frente aos processos de ampliação dos direitos sociais e, em particular, do direito a uma educação pública, laica e de qualidade, a partir dos interesses da classe trabalhadora. [...] a dimensão investigativa que particulariza o exercício profissional não deve estar desvinculada das demais dimensões do trabalho profissional. [...] A dimensão do trabalho profissional relativa à inserção dos/as assistentes sociais nos espaços democráticos de controle social e a construção de estratégias de fomento à participação dos estudantes, famílias, professores e professoras, trabalhadores e trabalhadoras da educação nas conferências e conselhos desta política e de outras adquire uma particularidade diante da predominante estruturação verticalizada e muito pouco democrática destes espaços na Política de Educação. [...] A dimensão pedagógico-interpretativa e socializadora das informações e conhecimentos no campo dos direitos sociais e humanos, das políticas sociais, de sua rede de serviços e da legislação social. [...] a dimensão de gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços, no âmbito da Política de Educação, por assistentes sociais tem sido atravessada tanto pela compreensão equivocada de sua relação com a política de assistência social. [...] (CFESS, 2012, p. 51-55)

A partir disso, nota-se que a atuação profissional dos assistentes sociais que trabalham na política de educação deve se desenvolver de maneira abrangente e articulada com as redes sociais, isso quer dizer que, o trabalho ainda que se desenvolva no âmbito educacional não deve estar restrito ao segmento estudantil e nem as abordagens individuais, tendo em vista que, as estratégias desenvolvidas para garantir o acesso e permanência na educação, bem como os direitos sociais dos educandos, exigem uma ação coletiva em que haja diálogo e envolvimento dos demais setores da sociedade civil, profissionais da educação e das redes que subsidiam as políticas sociais, propiciando a aproximação da escola com a comunidade e principalmente o envolvimento da família ao contexto escolar.

Nesse sentido, é preciso também que se tenha um engajamento da categoria com as lutas sociais, na busca pelo reconhecimento e ampliação da educação pública e de qualidade, tendo como principal pauta a afirmação da mesma como um direito social. Para tanto, o posicionamento teórico e político em defesa da educação deve ultrapassar os limites ideológicos, e se materializar através de ações que busquem enfrentar as contradições presentes nessa política e que promovem o não acesso, ou o acesso desigual e precário. Os desafios que se impõem a esses profissionais são diversos, pois a qualidade de educação defendida pelo Serviço Social não será alcançada pela luta exclusiva da categoria, isso requer, portanto, o estabelecimento de vínculos e parcerias, e do papel educativo e político da profissão que fazem com que a atuação adquira uma dimensão estratégica no processo de luta por uma educação democrática.

Ao ser requisitado para atuar no campo educacional, o/ a profissional do Serviço Social tem como um dos desafios na contemporaneidade a afirmação da educação como direito social, ao mesmo tempo que trava sua própria luta em busca da consolidação da profissão na referida política, bem como, a inclusão e ampliação do assistente social no âmbito educacional, pois apesar da sua inserção neste espaço ocupacional ter acontecido a décadas atrás, este ainda não é um campo de atuação consolidado. (CFESS, 2011).

Como forma de resistência a esse contexto, existem alguns projetos de lei que reforçam a luta da categoria no que diz respeito a presença do Serviço

Social na educação, um deles é o Projeto de Lei n. 3.688/2000 que após aprovado na Câmara foi transformado em PLC 060/2007, ainda em tramitação, que trata sobre a inserção de assistentes sociais e psicólogos nas escolas públicas de educação básica. Outro aparato legal a respeito da temática é a Lei n. 12.677/2012, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos para profissionais da educação destinados às instituições federais de ensino junto ao MEC, e prevê a contratação de 589 (quinhentos e oitenta e nove) assistentes sociais. No reconhecimento deste quadro, cabe à categoria ampliar o debate acerca do tema no sentido de fomentar a criação de estratégias de enfrentamento e construção de ações que potencializem a mobilização, organização e participação a fim de consolidar a presença do assistente social no âmbito educacional.

3.1.1 O Serviço Social na educação profissional e tecnológica: o papel estratégico da profissão na luta por direitos

No tópico anterior foi apresentado como se deu a inserção do Serviço Social na política de educação. Nesta parte, será discutida a relevância da inserção do Serviço Social nos Institutos Federais e quais as atribuições são demandadas as assistentes sociais na referida área de atuação.

Pensar o Serviço Social no âmbito da política de educação, diante das transformações societárias resultantes da relação capital x trabalho, que reconfiguram, a todo momento, as demandas sociais e impactam fortemente sobre o exercício profissional dos assistentes sociais, é refletir também, acerca da importância que essa atuação representa nesse importante cenário da vida social.

A adoção de medidas que garantissem o acesso e permanência dos estudantes nos Institutos Federais, bem como a garantia dos direitos sociais, se deu antes mesmo do processo de expansão da rede. Segundo Damasceno (2013), a inserção de assistentes sociais nos Institutos Federais se deu de forma tardia, uma vez que, esta é uma rede centenária.

Após a expansão, que teve início no ano de 2006, houve a emergência da ampliação de ações que tivessem como finalidade propiciar condições de acesso e permanência, a partir disso houve um significativo aumento na

contratação de assistentes sociais para trabalhar nas diferentes redes de ensino espalhadas pelo Brasil.

Assim, cabe ao Serviço Social identificar fatores sociais, econômicos e culturais presentes nas relações familiares, bem como, no cotidiano escolar dos educandos que possam interferir no processo ensino-aprendizagem, e a partir disso construir alternativas de enfrentamento a tais questões. Para tanto, os profissionais do Serviço Social utilizam um arsenal de instrumentos técnicos operativos como aportes no processo de identificação das demandas, assim como, na elaboração de respostas as mesmas. Sendo eles: entrevista social, análise documental, formulários, reuniões, oficinas e visitas domiciliares quando preciso.

Entende-se, portanto, que esse profissional tem como principal demanda atender as necessidades dos estudantes, que em sua maioria giram em torno do acesso e permanência, dessa forma o papel do assistente social no IFBA é a constante busca pela efetivação e consolidação dos princípios da política de assistência estudantil.

Com isso, a percepção de educação defendida pelo Serviço Social não se restringe a qualidade de política pública ou direito social, trata-se também de uma educação emancipatória na perspectiva de construir um projeto societário diferente ao que detém a hegemonia nos dias atuais e que fomente a formação de uma consciência crítica e autônoma, conforme reforça Almeida (2005, p. 10),

A educação pode ser tomada como um dos mais complexos processos constitutivos da vida social. A compreensão da educação como totalidade histórica ultrapassa em muito a abordagem da sua institucionalização nos marcos das ações reguladoras do Estado. A história da educação articula de modo não linear a relação entre as esferas privada e pública, grupal e comunitária, econômica e ideológica da vida em sociedade. Considerando, portanto, a educação como uma dimensão complexa e histórica da vida social, compreende-se a política educacional como uma dada expressão das lutas sociais, em particular, aquelas travadas em torno da disputa pela hegemonia no campo da cultura que não pode ser pensada de forma desconexa da sua dinâmica particular com o mundo da produção.

É importante sinalizar que a atuação das mesmas não se resume à seleção sócio econômica para o fornecimento de bolsas e auxílios, mesmo que essa seja uma das principais demandas. O trabalho desenvolvido pelos

profissionais de Serviço Social tem caráter educativo no sentido que esclarece quanto aos direitos e ações que propiciem a formação de uma consciência crítica, projetando assim a emancipação dos sujeitos e o fortalecimento da cidadania. Dessa forma a prática profissional dispõe de:

Uma dimensão pedagógico-interpretativa e socializadora de informações e saberes no campo dos direitos, da legislação social e das políticas públicas, dirigida aos(as) diversos(as) atores(atriz) e sujeitos da política: os(as) gestores(as) públicos(as), dirigentes de entidades prestadoras de serviços, trabalhadores(as), conselheiros(as) e usuários(as). (CFESS, 2009, p.18-19)

Os IFs são, portanto, espaços ocupacionais de diversidade econômica, social e cultural, que exigem do (a) assistente social estratégias que fomentem meios de inclusão social, democratização e permanência. Isso demanda uma atuação ampliada que não se restrinja aos muros da instituição, mas que abranja as diferentes dimensões que permeiam a vida dos estudantes, através do diálogo e articulação com a família, com a comunidade e com as redes, buscando dessa forma assegurar os direitos sociais e humanos dos educandos.

3.2 AS DIMENSÕES TÉCNICO-OPERATIVA, TEÓRICO-METODOLÓGICA E ÉTICO-POLÍTICA DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Discutir a atuação do Serviço Social requer a análise das perspectivas que fundamentam e norteiam o trabalho desses profissionais e que os ajudam traçar horizontes e formular propostas de enfrentamento a questão social.

A partir dessa perspectiva, faz-se necessário conceituar as dimensões que compõem a instrumentalidade do Serviço Social que juntas materializam e expressam o exercício profissional por meio das competências e habilidades desenvolvidas nos espaços sócio ocupacionais, bem como, através dos aportes teóricos construídos ao longo da trajetória da profissão que dão respaldo legal, subsidiam e orientam a intervenção profissional, a saber, **dimensões teórico-metodológica; ético-política e técnico-operativa.**

A dimensão teórico-metodológica, diz respeito aos fundamentos teóricos que amparam a prática profissional dos assistentes sociais.

A dimensão teórico-metodológica nos capacita para operar a passagem das características singulares de uma situação que se manifesta no cotidiano profissional do assistente social para uma interpretação à luz da universalidade da teoria e o retorno a elas. (Backx, Guerra e Santos, 2012, p. 54)

Ao longo das últimas décadas os fundamentos teórico-metodológicos se redimensionaram rompendo com o lastro conservador de sua gênese e através da qualificação acadêmica pautada na fundamentação histórico-crítica, bem como na incorporação do pensamento marxista, remodelou-se e construiu uma nova base normativa maturada na década de 1990, que hoje se expressa na Lei de Regulamentação da Profissão (1993) e no Código de Ética do Assistente Social (1993). Tais pilares apoiam o novo Projeto Ético-Político profissional e propiciam uma práxis crítica fundamentada na qualificação teórica, política e ética.

No que diz respeito à dimensão ético-política que traduz o compromisso ético-político da profissão, o qual vem sendo construído ao longo dos anos pela categoria, e tem como principal pauta de luta a defesa pela cidadania e ampliação da democracia. Busca-se assim, a efetivação dos direitos civis, políticos e sociais de todos os cidadãos, para tanto, espera-se do Serviço Social um profissional crítico, comprometido pela qualidade do atendimento prestado, bem como, comprometido com o fortalecimento e protagonismo dos sujeitos sociais em prol da classe trabalhadora.

Assim, a ética profissional se vincula aos projetos sócio-políticos em sua luta pela hegemonia, o que aponta para sua conexão com a práxis política e para a moralidade profissional em suas dimensões individual, cívica e profissional. (BARROCO, 1996, p. 216).

Essa dimensão ético-política da profissão funda-se no Código de Ética da profissão, exigindo do profissional do Serviço Social competências teórico-metodológicas que permitam elaborar uma interpretação crítica de seu trabalho, a fim de materializar os princípios éticos contidos neste, através das estratégias desenvolvidas nas instituições de trabalho.

Já a dimensão técnico-operativa traduz o conjunto de estratégias e ações adquiridas através da cultura profissional, mas que não deve ser reduzida à questão dos instrumentos e técnicas que compõe o instrumental técnico-

operativo da profissão e viabilizam e materializam as ações profissionais, bem como, não deve ser desassociada das demais dimensões, teórica e política. Segundo Backx, Guerra e Santos (2012, p. 40) “dela emana a imagem social da profissão e sua autoimagem. Ela encontra-se carregada de representações sociais e da cultura profissional”. Assim, esta dimensão materializa a intervenção profissional através da sua instrumentalidade e possui relação intrínseca com a dinâmica do cotidiano.

Tendo em vista que o Serviço Social é uma profissão fundamentalmente operativa, característica demarcada pela dinâmica do cotidiano socioprofissional que requisita ações instrumentais e respostas imediatas, isso faz parecer que o exercício profissional se dá de forma isenta de teoria, análise e criticidade, correndo o risco de atuar de maneira imediatista, sem o comprometimento com a direção política e social da profissão e eximido de reflexões éticas. Por isso, a importância de articular as dimensões que subsidiam, fundamentam e respaldam o exercício profissional, pois a instrumentalidade apartada das demais dimensões reproduzirá o pragmatismo, através de respostas funcionais e irrefletidas.

Tais elementos técnico-operativos e teórico-metodológicos possibilitam a articulação entre a profissão e a realidade, ultrapassando o pensamento genérico que tende atribuir uma relação exterior entre o exercício profissional e os fenômenos sociais que são objeto de trabalho do assistente social.

Neste sentido, a vinculação entre as três dimensões que juntas representam os pilares do exercício profissional, são de extrema importância para que não se caia na racionalidade instrumental ou na apreensão da realidade por analogia, pois apesar de suas particularidades, tais dimensões se complementam, tornando-se elementos constitutivos da prática profissional, permitindo a apreensão das múltiplas determinações que se expressam no cotidiano profissional. De acordo com Backx, Guerra e Santos (2012, p. 18) “Pensar o exercício profissional a partir dessas três dimensões coloca a possibilidade de entender o significado social da ação profissional - formativa, interventiva e investigativa”.

É preciso, portanto, que haja uma eficiente leitura da realidade que só poderá ser feita por meio do caráter investigativo da profissão, que requer

apropriação teórico metodológica bem como conhecimento do arsenal técnico operativo a fim de materializar os princípios ético-políticos contidos no código de ética da profissão que apontam qual horizonte seguir e qual projeto societário o Serviço Social defende na busca pela construção de um projeto democrático.

3.3 AS CONDIÇÕES OBJETIVAS DE TRABALHO E A IMPORTÂNCIA DA ARTICULAÇÃO ENTRE AS DIMENSÕES TÉCNICO-OPERATIVA, TEÓRICO-METODOLÓGICA E ÉTICO-POLÍTICA NA GARANTIA DE DIREITOS

O exercício profissional dos assistentes sociais na contemporaneidade é permeado por desafios e impasses, há, no entanto, uma contrariedade nesse contexto, pois ao mesmo passo que os novos tempos apresentam limites o cotidiano profissional suscita também novas possibilidades e alternativas de trabalho.

O projeto de profissão e de formação profissional construído a partir dos anos de 1980 tem como marco principal três documentos, a saber, o Código de Ética Profissional do Assistente Social, de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social (1996). Assim, o amadurecimento dessa categoria profissional encontra, na atualidade, o desafio de mediar a relação entre a continuidade dos ganhos conquistados nas últimas décadas e de fortalecimento da materialização do Projeto Ético política da profissão.

Ao tratar especificamente da atuação profissional das assistentes sociais de um Instituto Federal da Bahia, nos amparamos na análise de duas entrevistas realizadas que teve como direção um roteiro semi estruturado. No intuito de garantir o anonimato das entrevistadas, utilizaremos para referenciá-las os nomes Entrevistada A e Entrevistada B.

O Projeto Ético-Político do Serviço Social é “comprometido com a defesa dos direitos sociais, da cidadania, da esfera pública no horizonte da ampliação progressiva da democratização da política e da economia na sociedade” (IAMAMOTO, 2014, p. 113). Diante disso, a atuação dos assistentes sociais deve agir no sentido de consolidação de uma identidade profissional comprometida

com a emancipação dos sujeitos e no fortalecimento da cidadania, ao mesmo passo que travam suas próprias batalhas por melhorias nas condições de trabalho, reconhecimento profissional e ampliação dos espaços ocupacionais.

Essa questão fica evidente nas entrevistas realizadas com profissionais que atuam em um Instituto Federal, quando questionadas sobre as condições de trabalho e infraestrutura, em que as assistentes sociais foram unânimes ao relatar que as melhorias que obtiveram em relação à infraestrutura do espaço físico que trabalham foram conquistadas através da mobilização das mesmas, conforme falas a seguir:

Desde que eu cheguei aqui em 2011 a minha maior briga era com a sala de atendimento, porque a gente não tinha sala de atendimento. [...] A gente pode dizer que atualmente, mas a custo de muita briga, a gente tem condições minimamente adequadas. (Entrevistada A)

Em relação à infraestrutura eu só tenho a me queixar que a sala, o espaço físico que a gente dispõe hoje ele ainda não é o ideal, mas ele melhorou significativamente no período que eu estou na Instituição. (Entrevistada B)

As contradições contemporâneas do capitalismo rebatem sobre as diversas dimensões da vida social, principalmente no mundo do trabalho, diante disso têm-se vivenciado uma extrema mercantilização das relações de trabalho, acompanhada pela precarização das condições de trabalho e dos espaços ocupacionais. Desse modo, pensar as condições de trabalho em que os profissionais do Serviço Social estão submetidos no atual quadro do capital, requer considerar a necessidade da categoria se mobilizar contra esse cenário de retrocessos e negação de direitos. Em contrapartida a esse cenário, podemos perceber que as entrevistadas possuem uma organização político-normativa que se expressa na habilidade dessas profissionais em reafirmar valores que se contrapõem aos interesses capitalistas.

Essa discussão traz à tona a necessidade do fortalecimento das bases da formação profissional que aponte a relevância da articulação entre a intervenção profissional o aperfeiçoamento técnico-operativo e o reconhecimento da dimensão ético-política como forma de resistência e enfrentamento aos dilemas contemporâneos que se apresentam nos espaços ocupacionais em que os profissionais do Serviço Social se encontram e que são

também espaços de construção de novas alternativas para o exercício profissional, pois segundo Guerra (2014, p. 33):

Ora, é o próprio cotidiano, como espaço onde se manifestam as contradições, que nos permite análises mais concretas e complexas sobre o exercício profissional. Enquanto lamentamos as limitações não temos a percepção das possibilidades.

Outro ponto observado na fala das entrevistadas, que reitera a importância da articulação entre as dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política na garantia de direitos dessas profissionais, foi em relação à exigência de salas de atendimento exclusivas do Serviço Social, necessária tanto para as profissionais quanto para os alunos, uma vez que, durante o atendimento são tratados assuntos de cunho pessoal que exigem sigilo. Como aparece na fala seguinte.

Pra gente fazer atendimento, todo mundo que estava na sala tinha que sair da sala, pra gente trancar aquela porta e conseguir atender. Mesmo assim, percebendo que a gente tinha uma acústica péssima, porque uma sala era ligada à outra por portas então a gente sabia que se falasse alto demais, bem nítido, outras pessoas podiam ouvir. Inclusive documentamos essa situação pro CRESS pedindo que fosse realizada a fiscalização aqui para reforçar os inúmeros registros que a gente já tinha feito para a diretoria da escola dizendo que estávamos em condições inadequadas [...]. (Entrevistada A)

Assim sendo, como forma de enfrentamento a essa problema as assistentes sociais formularam um requerimento exigindo uma sala que garantisse o sigilo profissional, requisitaram a presença do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), pois como é sabido o mesmo exerce além de outras funções papel fiscalizador, atuando no sentido de garantir qualidade técnica e ética no atendimento aos usuários, bem como, em defesa dos direitos da profissão.

Essa exigência encontra respaldo legal na Resolução do CFESS n. 493/2006 de 21 de agosto de 2006 que estabelece:

Art. 2º - O local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados, e deve possuir e garantir as seguintes características físicas: a- iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme a organização institucional; b- recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for

revelado durante o processo de intervenção profissional; c-ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas d- espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado. (CFESS, 2006, p. 02).

Em vista dos argumentos apresentados, apresenta-se como desafio a efetivação dos direitos da categoria e de seus usuários as próprias condições de trabalho, que caso não estejam em conformidade ao que prevê a resolução supracitada, dificultará execução das atividades, pois caso as condições básicas requisitadas não sejam adotadas, trará prejuízos para a profissional, assim como, para seu usuário.

Percebe-se, portanto, que o profissional do Serviço Social necessita desenvolver uma instrumentalidade capaz de elaborar competências que permitam fazer uma leitura crítica da própria realidade, afim de identificar possíveis irregularidades que comprometam a execução do seu trabalho e que impeçam que exercício profissional possa ser executado de forma qualificada ética e tecnicamente, e a partir disso construir estratégias de enfrentamento e resistência a essas questões cotidianas que repercutem nas condições objetivas de trabalho e, conseqüentemente, na prática profissional, apresentando condicionalidades no desenvolvimento das ações.

No campo da análise das condições objetivas de trabalho, quando questionadas acerca da carga horária de trabalho, foi identificado o descumprimento da Lei n. 12.317, de 27 de agosto de 2010, que estabeleceu a jornada de trabalho de 30 horas semanais para assistente social, sem redução salarial (BRASIL, 2016).

Na instituição houve uma discussão muito ampla sobre a questão das 30 horas, mas não específica para o Serviço Social. Tanto que tem colegas nossos nos Campi que estão trabalhando 8 (oito) horas. Então assim, não existe essa garantia das 30 horas por causa da lei. [...]A discussão que a Instituição fez, foi de 30 horas para técnico administrativo, não necessariamente para o Serviço Social. Então, os técnicos administrativos é um acordo da instituição trabalhar 30 horas. Mas os profissionais técnicos administrativos que tem cargo de chefia trabalham 8 horas. Só para clarear, a gente chama técnico administrativo todos os outros que não são professores. (Entrevistada B)

As assistentes sociais dos Institutos Federais fazem parte do grupo de trabalhadores da modalidade Técnico Administrativo em Educação, argumento

esse utilizado pelo Ministério de Planejamento, para justificar que tais profissionais devem cumprir a jornada de 40 horas estabelecidas no edital do concurso que fizeram, desrespeitando a legislação específica da categoria.

De acordo com as entrevistadas existe um acordo interno com a instituição que lhes permite trabalhar num regime de 30 horas semanais, desde que o setor garanta uma quantidade de profissional para que o atendimento não seja interrompido durante o funcionamento da instituição, mas que não abrange todas as profissionais dos IFs e que pode ser quebrado a qualquer momento, deixando-as numa posição de vulnerabilidade. Vale ressaltar que, as assistentes sociais que possuem cargo de chefia não pactuam com o acordo e cumprem uma jornada de 40 horas semanais. Diante disso, durante as entrevistas notou-se que as assistentes sociais tem a clara compreensão que o direito a jornada de trabalho de 30 horas semanais não está sendo cumprido de forma legalizada, inclusive essa questão já foi motivo de greve, o que mostra que a categoria tem se mobilizado diante disso, conforme fala a seguir:

Podemos dizer que continuamos no acordo informal, porque depois de uma greve longa e desgastante a Reitoria manteve as 30 horas, mas cumprindo algumas exigências. [...] se os setores tiverem quantidade de profissionais pra não interromper o atendimento ao público, eles permitem que a gente faça 30 horas. (Entrevistada A)

A partir das falas das entrevistadas, percebe-se que as dificuldades presentes no cotidiano profissional relacionadas, principalmente as condições de trabalho e infraestrutura, tem sido confrontadas de maneira crítica de modo que busque se aproximar o máximo possível de boas condições objetivas e subjetivas de trabalho, que garantam a efetivação dos parâmetros éticos e técnicos para o exercício profissional, visto que, condições ideais isentas de problemas e contradições na atual sociedade capitalista que é permeada por impasses e interesses antagônicos seria utópico.

No que tange o eixo que aborda a participação política, as entrevistadas possuem atualmente posicionamentos distintos em relação a militância e ao engajamento político, conforme falas a seguir:

[...] Eu sou apenas membro do grupo do CRESS, existe um grupo dos profissionais de Serviço Social inseridos na educação. Eu participo das discussões, mas de maneira muito mais de longe do que presencialmente. Não tenho militância política

atualmente, já tive há muito tempo, eu comecei num movimento social, eu trabalhava num movimento social, mas ultimamente eu não tenho feito nada disso. Até 2008 eu participava, mas de um tempo pra cá eu não tenho feito absolutamente nada, não estou inserida em nenhum movimento. (Entrevistada B)

Eu tenho duas participações em duas instituições que eu considero muito importante, são essenciais a minha atuação profissional, uma delas é o CRESS [...]Acho que é um espaço importante, não só para oxigenar a atuação, ter contato com colegas que estão na educação, mas para ter acesso às discussões da categoria, do que é que o conjunto CFESS CRESS está colocando na pauta das nossas bandeiras de luta, da nossa agenda política. [...]. E além disso é um espaço de militância, se eu entendo que minha atuação aqui no IFBA é importante eu quero que projetos de indicação de lei para esfera Municipal e Estadual sejam aprovados. É o momento que eu milito pela causa também, não só para abrir mais espaços de trabalho para os Assistentes Sociais, mas que a população tenha acesso aos serviços que eu sei que são importantes [...] A gente precisa acompanhar o que tá acontecendo ser crítico e contribuir para que atuação se dê de forma qualificada. Além do CRESS participo como colaboradora do Instituto Cultural Steve Biko. [...]. É um trabalho que oxigena muito a minha atuação na educação, é educação também apesar de ser uma ONG, mas atua na educação e me dá muitos subsídios para atuar aqui. (ENTREVISTADA A)

No entanto, ambas as entrevistadas sinalizaram a participação em comissões do CRESS, vale ressaltar, que a participação nesses espaços que discutem questões acerca do trabalho do assistente social e das várias políticas que o mesmo está inserido, representa um esforço coletivo na construção de estratégias que visem a efetivação e fortalecimento do projeto ético-político, pois propiciam a vinculação profissional com os interesses da classe trabalhadora, bem como configura também um espaço de aprimoramento profissional e intelectual dos assistentes sociais na medida que versam sobre assuntos relativos a política que estão inseridos fomentando a troca de experiências, além de promover estudos, pesquisas, debates e outras ações em defesa da política pública de qualidade e na perspectiva da garantia de direitos.

Apesar dos discursos em relação à participação política atualmente serem diferentes, pois uma das entrevistadas não possui nenhuma vinculação partidária ou militante e sua participação política se restringe a atuação como membro no CRESS, no decorrer das entrevistas ao discorrerem sobre os demais

eixos, ambas as entrevistadas relataram já terem participado de movimentos sociais em algum momento. Uma delas inclusive relacionou essa participação a escolha da profissão.

[...] Eu tenho uma trajetória de trabalho e inserção na ação social já de muito tempo, desde as minhas primeiras formações, enquanto adolescente jovem em comunidade, eu sempre participei de movimentos sociais de movimento dentro da igreja na igreja católica movimento social na igreja católica e isso me levou a faculdade de Serviço Social. [...] Eu participei de vários projetos sociais [...] primeiro como militante, depois enquanto funcionária. (Entrevistada B)

Diante do exposto, a militância em movimentos sociais seja durante a formação acadêmica ou no exercício profissional das assistentes sociais, representou um diferencial no sentido de incentivar e fortalecer a organização política, bem como, a defesa dos direitos da classe trabalhadora, ou seja, as respostas se mostram em consonância com o que diz o Código de Ética profissional: “apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania”. (CFESS, 1993, p. 3)

Ao discutir o trabalho do assistente social a partir da articulação das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa que constituem e orientam o exercício profissional, as análises revelaram que existe um protagonismo profissional das assistentes sociais pautado numa atuação política diferenciada.

Isso foi perceptível pela clareza e firmeza das atribuições e competências que as profissionais assumem. Diante disso, relacionamos este fato a alguns elementos identificados a partir das entrevistas.

O primeiro é o de que a articulação das dimensões que compõe o exercício profissional, já explicitadas anteriormente, é algo extremamente necessária, pois por meio desta serão descobertos novos caminhos para o exercício profissional, uma vez que, o campo de trabalho, ainda que não possua as condições ideais, é um espaço de direitos, apesar de haver uma constante tensão entre a relativa autonomia e as condições de trabalho, é no cotidiano que se realiza a intervenção, e, portanto, cabe ao profissional identificar e construir

meios de enfrentamento aos dilemas que se apresentam a prática profissional.

Conforme Barroco:

A possibilidade de transformação dessa realidade adversa continua a ser tarefa dos homens quando organizados politicamente em torno dos projetos de ruptura; nosso empenho, nessa direção, também se fortalece nas pequenas batalhas cotidianas, que, embora limitadas profissionalmente podem consolidar politicamente o agir profissional coletivo- a forma de resistência objetiva mais coerente com as intenções éticas assumidas. (BARROCO, 1999, p. 134)

Nesse sentido, destaca-se a importância de ter clareza acerca da teoria que orienta o exercício profissional, diante disso a dimensão teórico-metodológica tem um importantíssimo papel, pois por meio dela e do seu caráter formativo, é possível desvelar a realidade indo além do aparente. Assim, a teoria se apresenta como um caminho de possibilidades, uma vez que leva ao conhecimento da realidade possibilitando traçar estratégias que articuladas aos instrumentos técnico-operativo propiciam uma intervenção para além do simples manejo dos instrumentos e técnicas utilizados rotineiramente pelos assistentes sociais, afim de articular a profissão e a realidade, bem como, atribuir materialidade aos princípios éticos-políticos norteadores do projeto profissional.

O segundo elemento identificado, diz respeito à participação e à organização política das profissionais, tal característica se apresentou como um diferencial, pois tem possibilitado o acompanhamento da dinâmica dos processos sociais, dimensão integrante do exercício profissional, na medida que propicia a aproximação da realidade, bem como, a apreensão das problemáticas cotidianas que se apresentam ao trabalho profissional. A militância em movimentos organizados da sociedade e nas instâncias de representação da categoria, têm aproximado as profissionais as bandeiras de luta da classe trabalhadora e da própria categoria profissional, reafirmando a dimensão política da profissão em prol dos trabalhadores.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a profissão e o exercício profissional do assistente social requer relacionar a atuação profissional ao contexto sócio-histórico que particulariza e configura as relações entre o mesmo, o Estado e a sociedade, ou seja, a dinâmica das relações sociais peculiarizam o trabalho do assistente social.

Dessa forma, ao analisar o trabalho do assistente social que atua na política de educação, mais especificamente em um Instituto Federal da Bahia, e discutir acerca dos condicionantes histórico-sociais que incidem sobre a prática profissional e se materializam por meio das condições objetivas de trabalho, bem como, através das demandas convertidas em “questões sociais,” ficou evidente a importância da articulação entre as dimensões constitutivas do exercício profissional do Serviço Social na luta por direitos e legitimação do projeto ético-político.

É importante ressaltar que estas profissionais estão inseridas numa política permeada por interesse antagônicos, a política de educação, que representa também um mecanismo de reprodução da ideologia social, podendo ou não reforçar os ideários burgueses ou atuar no sentido de emancipação.

Além disso, apresenta-se como algo a ser superado a concepção assistencialista que permeia a prática dos assistentes sociais dada as circunstâncias de sua gênese, característica que se agrava quando relacionada a educação profissional, pois por muitos anos os Institutos Federais ficaram conhecidos como a “Escola do Mingau” devido ao fornecimento de refeição, geralmente na forma de mingau, para alunos. Nota-se portanto, que ainda espera-se dessas profissionais ações de cunho assistencialistas, desafio que as profissionais buscam superar através do posicionamento crítico, bem como, por meio da realização de atividades que vão além da seleção socioeconômica, ainda que esta seja uma das maiores demandas do Serviço Social.

Isto posto, cabe aos profissionais do Serviço Social fomentar e formular propostas que assegurem o protagonismo dos sujeitos sociais, ao mesmo tempo que travam sua própria luta em busca da garantia de direitos, pois enquanto trabalhadores assalariados que vendem sua força de trabalho, também não

estão isentos as tensões e contradições decorrentes da relação capital x trabalho que são inerentes a sociedade capitalista.

Assim sendo, os dados da pesquisa revelaram a existência de um exercício profissional estratégico, pautado no posicionamento crítico e na apropriação político-normativa, que se expressa na habilidade das profissionais em contrapor a lógica capitalista e fomentar estratégias que propiciem a consolidação e implementação do projeto profissional através das ações desenvolvidas no cotidiano de trabalho, apesar do contexto desfavorável ao projeto ético-político.

Tendo em vista os aspectos observados, considera-se que tal posicionamento é resultado do reconhecimento da necessidade e importância de articular as dimensões que constituem a intervenção profissional, uma vez que as assistentes sociais entrevistadas demonstraram ter clareza sobre suas atribuições e competências, bem como, sobre seu papel estratégico na luta pela garantia de direitos.

Por fim, considera-se relevante reafirmar a tese que levou a elaboração desse trabalho, de que a articulação das dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política representa uma forte estratégia na luta por direitos, seja da categoria ou dos usuários, uma vez que, essa vinculação entre as perspectivas que fundamentam e norteiam o trabalho do assistente social propicia uma apreensão crítica da realidade capaz de entender o significado social da ação profissional, bem como, favorece a materialização dos princípios ético-políticos, reafirmando o compromisso com os interesses da classe trabalhadora e com o fortalecimento da identidade profissional.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Decreto Nº 7.234, DE 19 DE JULHO DE 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.**
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei n. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional.** Brasília: MEC, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Linha do Tempo- Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.** Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/linha.pdf>>. Acesso em 18 de novembro de 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.** Brasília, 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.** Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf>. Acesso em 18 de novembro de 2016.
- BRASIL. **Parecer CNE/CEB Nº 16**, 5 de outubro de 1999. Brasília
- CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação.** CFESS-CRESS Serviço Social na Educação, 2013.
- CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. **Atribuições Privativas do/a Assistente Social em Questão.** 1º Edição Ampliada. 2012.
- CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do/a assistente Social. Lei n. 8.662/93 de regulamentação da profissão.** - 10ª. ed. rev. e atual. - Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012
- DAMASCENO, Heide de J. **Serviço social na educação: a intersectorialidade no exercício profissional do assistente social no IFBA.** 2013. 141f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Serviço, São Cristóvão - SE, 2013
- GUERRA. Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social.** 10ª Ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional.** 25º ed. São Paulo, Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela, CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** São Paulo: Cortez, 1983.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAHIA. **Documento Normativo da Política de Assistência Estudantil do IFBA.** Salvador, 2014b

MAZZA, Jacqueline. **Inclusão social, mercados de trabalho e capital humano na América Latina.** In: BUVINIC, M.; MAZZA, J.; DEUTSCH, R. (Orgs.). *Inclusão social e desenvolvimento econômico.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2005

NETTO, José Paulo. **Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil.** In: *Revista Serviço Social & Sociedade.* Nº 50. Ano XVII. Abril 1996. (p. 87 – 128)

PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de (Organizadores). – **Serviço Social e Educação.** – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012. (Coletânea Nova de Serviço Social).

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Available from SciELO Books.

BACKX, S; GUERRA, Y. e SANTOS, C.M; **A Dimensão Técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos.** Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012

VASCONCELOS, Natalia Batista. **Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da Assistência Estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil.** *Revista da Católica, Uberlândia,* v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010.

APÊNDICE



Serviço Público Federal
Universidade Federal da Bahia
Instituto de Psicologia
Colegiado de Serviço Social



ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Falar sobre a trajetória de formação e trabalho

- Por que escolheu o Serviço Social (*abordar questão econômica, vocação, questão de gênero*)?
- Como se deu a escolha pela Universidade onde fez o curso (*abordar a questão do ensino à distância, se for o caso*)?
- Em linhas gerais, como foi a formação?
- Fez pós-graduação? Que tipo? Como foi sua escolha?
- Fale um pouco sobre suas escolhas/oportunidades de emprego durante sua carreira até a chegada ao posto atual de trabalho.

2. Falar sobre o trabalho do assistente social na instituição

- Quais são as demandas postas ao SS pela instituição?
- E, mais especificamente, que demandas são trazidas pelos usuários?
- Nestas demandas, apresentadas tanto pela instituição quanto pelos usuários, como se expressam as questões étnico-racial, de gênero, diversidade sexual, geração e classe ? (*Dê exemplos*).
- Que perspectivas teóricas e políticas fundamentam o trabalho do assistente social na instituição?
- Quais são os principais instrumentos e técnicas utilizados em suas atividades?
- Você já elaborou projetos ou sugeriu ações/atividades dentro da instituição? Foi possível implementar essas iniciativas? Por que?

3. **Falar sobre condições de trabalho e infra-estrutura**
 - Há uma sala adequada com iluminação, ventilação e segurança?
 - Esta sala garante o sigilo profissional?
 - A instituição garante meios de transporte para visitas?
 - A instituição disponibiliza material de informática e local seguro para o arquivamento das informações dos usuários?

4. **Falar sobre as condições objetivas de trabalho**
 - Na instituição, as 30 horas de trabalho são respeitadas?
 - Você leva trabalho para a casa? (*verificar o uso da tecnologia, promovendo a invasão do espaço doméstico*)
 - Há solicitação de tarefas que não fazem parte das atribuições e competências do assistente social?
 - Na instituição, é exigido o cumprimento de metas? Como? Há algum tipo de constrangimento quando as metas não são cumpridas?
 - Em sua carga horária, há disponibilidade de tempo para a supervisão de estágio?
 - Ao longo do tempo em que você atua como assistente social nessa instituição, houve algum tipo de mudança na organização do trabalho a qual tenha afetado suas atividades (como por exemplo, em algum momento, aumentaram as demandas, e/ou diminuiu o número de profissionais...) .
 - A instituição possibilita condições para a sua qualificação permanente, como a liberação para especialização ou participação em congressos?

5. **Falar sobre os impactos do trabalho em sua saúde**
 - Houve algum afastamento do trabalho, por motivo de doença? Como ocorreu?
 - Você estabelece alguma relação entre, de um lado, a forma como a política pública na qual você atua está sendo desenvolvida em Salvador e, de outro, o processo de saúde-doença do trabalhador?
 - Você tem tempo para descanso e lazer? O que faz quando não está trabalhando?

6. Falar sobre formas de violação de seus direitos como trabalhadora

- O fato de ser mulher motivou alguma experiência de discriminação no espaço de trabalho (*considerar os vários tipos de discriminação, como, por exemplo, aquela que impede a progressão profissional em função do gênero ou a diferenciação de salários entre homens e mulheres, violação de algum direito assegurado como licença maternidade*)?
- E a sua identidade étnico-racial, motivou alguma experiência de discriminação?
- E no que se refere à sua orientação sexual, houve alguma experiência de discriminação em função dessa questão?
- Você já foi discriminada, no interior da instituição, por ser assistente social?
- Diante de uma situação discriminatória no trabalho, o que foi feito?

7. Falar sobre sua participação política

- Você faz ou fez parte de alguma entidade de representação da categoria, como o CRESS e o sindicato?
- Você tem alguma vinculação partidária ou milita em algum movimento social?
- Você já participou de greves e movimentos de luta para melhores condições de trabalho? Por que?
- Você participa de algum conselho de direito?

8. Questão final

- Como você analisa sua função/papel nessa instituição, diante da realidade atual da sociabilidade capitalista?